



ANS



COMUNICADO

- A SOLIDARIEDADE - - PRINCÍPIOS E VALORES; FIRMEZA E DIGNIDADE -

Decidiu a Direcção que as iniciativas a realizar durante o ano 2001 decorreriam sob o lema PRINCÍPIOS E VALORES; FIRMEZA E DIGNIDADE, tendo as comemorações do Dia Nacional do Sargento, o 31 de Janeiro, servido para lançar o tema que inspirou as intervenções proferidas em todas as iniciativas realizadas no País.

Se o lema é só por si e desde sempre muito caro aos Sargentos, hoje, perante o processo disciplinar instaurado ao Presidente da Direcção da ANS, adquire um ainda maior sentido aliado à solidariedade necessária em torno do camarada e em defesa da nossa Associação.

Já o dissemos e importa repetir que consideramos esta atitude do GEN CEMFA um ataque ao associativismo militar e, em particular, à ANS. E, também, como já o dissemos, reservamos o direito de responder a mais este ataque com toda a nossa indignação, com toda a nossa capacidade de a manifestar e com o mais elevado sentido ético, na defesa dos interesses sociais e de carreira dos Sargentos e de toda a Família Militar.

Este novo ataque não trás grandes inovações relativamente aos anteriores. Mais uma vez se vai repescar um parecer do Procurador-Geral da República, emitido em 92, no início da actividade da ANS, a pedido do então GEN CEME Firmino Miguel, em que solicitava que o Procurador se pronunciasse sobre a sua legalidade.

O parecer diz aquilo que não podia deixar de dizer em conclusão: «... 4.º A prossecução pela Associação Nacional de Sargentos de actividades de natureza sindical - a agitação, nomeadamente, de questões salariais e similares -, ou outras, em contraste com os fins expressos nos estatutos, pode determinar a sua extinção mediante decisão judicial, nos termos aplicáveis dos artigos 182º, n.º 2, e 183º, n.º 2, do Código Civil.»

Começamos por perguntar: então porque razão não enveredam os chefes militares pela via judicial em vez de utilizarem um instrumento que deve ser preservado para as questões disciplinares, o que, pela nossa parte, nunca esteve em causa e também não está desta? Será por falta de convicção nos seus argumentos? Ou será que a matéria em torno da qual a associação se movimenta, a dignidade social dos Sargentos em toda a sua abrangência, é uma matéria em que os chefes são parte interessada e dela não querem abdicar? Perguntas pertinentes e cujas respostas se evidenciam neste momento de ataque ao associativismo militar.

E é com esta frontalidade que colocamos a questão e é esta frontalidade que se exige aos chefes militares. Se os chefes repetidamente aludem ao citado parecer do Procurador-Geral da República, e se têm dúvidas acerca da legalidade da actividade da ANS, mesmo sendo recebida pelo Comandante Supremo das Forças Armadas, pelo Presidente da Assembleia da República, pelo Ministro da Defesa Nacional, auditada em audiência pública pela Comissão de Defesa Nacional, pelos Grupos Parlamentares e pelos Partidos Políticos, então sigam o caminho sugerido no parecer, a via

judicial, mas nunca a via disciplinar, confundindo matéria de direito civil, com matéria militar e de disciplina.

Se a questão é a actividade dos dirigentes associativos, hipoteticamente, extravasar o âmbito para que foi criada a sua associação, então que recorram aos tribunais civis, sede na qual se devem apresentar estas queixas. Não queiram é ser juizes em causa própria.

Mas devemos questionar: se os vencimentos dos militares, se as suas carreiras, se as condições de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, se tudo o que não é desporto e recreio é considerado pelos chefes militares como «... *assuntos respeitantes às Forças Armadas...*», então será que a cor dos muros dos quartéis, ou os nossos filhos quererem saber porque razão os seus pais são primeiros-sargentos toda a vida também o são?

Neste momento em que os problemas se avolumam sem solução, e quando sabemos que os chefes militares não só não resolvem mesmo os que estão ao seu alcance como entravam as soluções que se procuram nas sedes onde as resoluções podem e devem surgir, não podemos deixar de nos questionar sobre suas reais intenções - e queremos continuar a crer que tencionam agir na defesa dos interesses da Instituição Militar.

A esta luz é com dificuldade que o facto de os chefes terem nomeado comissões compostas exclusivamente por Oficiais ser tido como uma decisão desinteressada visando exclusivamente os interesses da Instituição. Se a este facto somarmos outros recentes como o de Oficiais terem mantido os diferenciais quando avançaram para a segunda e terceira fases da aplicação do actual Sistema Retributivo e os Sargentos se terem visto expoliados dos seus, e os chefes terem feito uma interpretação do DL 328/99 que retirou direitos adquiridos aos seus homens, como o posicionamento indiciário, então a acção de questionar ganha outro sentido. Os chefes nem sequer conseguiram que os seus homens tivessem um estatuto remuneratório igual ao dos militares da GNR - não queremos, no entanto, sequer supor que isso se deveu a falta de empenho pelo facto de os prejudicados serem apenas Sargentos e Praças.

É por tudo isto que hoje se torna claro para nós que a matéria dos vencimentos e das carreiras não deve estar sob a alçada dos chefes militares - persistir neste sentido cria confusões entre o que é matéria social e matéria militar, suscita dúvidas e desconfianças, mina a coesão vital à Instituição Militar, desautoriza a cadeia de comando por escassez de meios.

Para nós é hoje inteiramente claro que os vencimentos dos militares devem ser geridos e pagos directamente pelo Ministério da Defesa Nacional que é quem tem poderes para resolver os problemas existentes e libertar os chefes de uma matéria para a qual não estão vocacionados nem têm preparação específica. Tomar esta medida é prevenir males maiores, é salvar a Instituição Militar.

A Associação Nacional de Sargentos reafirma toda a solidariedade ao seu Presidente da Direcção e agradece as centenas e centenas de fax, telegramas e E-mail de solidariedade e de indignação enviados aos órgãos de soberania.

Unidos e determinados havemos de vencer mais esta batalha!

«... *exaustos nunca!*

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2001

A Direcção